



# PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

Administração 2017/2020

**LEI Nº. 2.039 de 16 de dezembro de 2020**

*Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Divino para o Exercício Financeiro de 2021 e dá outras providências.*

O Povo do Município de Divino/MG, por seus representantes aprova, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** – Esta Lei estima a receita do Município de Divino/MG para o exercício financeiro de 2021, no montante de R\$ 60.778.851,33 (sessenta milhões, setecentos e setenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e um reais e trinta e três centavos) e fixa a despesa no mesmo valor, nos termos do art. 165, § 5º da Constituição Federal e com base no disposto da Lei nº 2.035, de 10 de julho de 2020, Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2021, compreendendo o orçamento fiscal e da seguridade social, referente aos Órgãos e Poderes do Município.

**Art. 2º** – A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes nos anexos desta lei, com os seguintes desdobramentos:

**I - Receitas Correntes .....R\$58.855.457,44**

Receita Tributária	3.584.840,24
Receita de Contribuição	1.914.686,00
Receita Patrimonial	583.400,02
Receita de Serviços	216.528,00
Transferências Correntes	51.558.255,77
Outras Receitas Correntes	997.747,41

**II – Receitas de Capital ..... R\$4.744.153,98**

Operações de Crédito	1.000.000,00
Alienação de Bens	300.000,00
Transferências de Capital	3.444.153,98

**III – Receitas Intra-orçamentárias Correntes .....R\$ 3.480.000,00**

Receitas de Contribuição	1.970.000,00
Outras Receitas Correntes / Oper. Intraorç	1.510.000,00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

Administração 2017/2020

## IV – Deduções da Receita ..... R\$ 6.300.760,09

Dedução da Receita para formação do FUNDEB	6.300.760,09
--	--------------

## V – Total geral das Receitas ..... R\$ 60.778.851,33

**Art. 3º** – A despesa total, no mesmo valor da Receita total, será realizada de acordo com a seguinte discriminação por Órgão e Unidades de Governo e funções, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes dos anexos desta lei, com os seguintes desdobramentos por Órgão:

## I – Total geral das Despesas ..... R\$ 60.778.851,33

PODER LEGISLATIVO	
Câmara Municipal de Divino	1.620.000,00

PODER EXECUTIVO
-----------------

Gabinete do Prefeito	649.840,00
Assessoria Jurídica	331.590,00
Sec. Municipal de Administração / Fazenda	4.427.420,00
Fundo Municipal de Saúde	16.122.247,14
Sec. Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer	6.732.337,19
FUNDEB – Ensino Infantil	2.017.479,20
FUNDEB – Ensino Fundamental	7.055.032,72
Fundo Municipal Pres. Patrimônio Histórico e Cultural	238.850,00
SECEL – Esporte e Lazer	583.000,00
Sec. Municipal de Obras e Serviços Públicos	9.229.520,58
Sec. Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo	1.073.730,00
Fundo Municipal de Assistência Social	3.755.804,50

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
Plano Único de Previdência e Assistência Social	6.542.000,00





# PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

## ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88  
Administração 2017/2020

**Art. 4º** – Fica o Executivo Municipal autorizado a:

I – Realizar Operações de Crédito por Antecipação de Receita até o limite de 03% (três por cento) da receita estimada;

II – Abrir Créditos Suplementares para reforçar as dotações do orçamento vigente que se tornem insuficientes até o limite de 30% (trinta por cento) da despesa fixada nesta Lei, nos termos do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, utilizando como recursos:

- a) Anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou créditos adicionais autorizados por Lei;
- b) Operações de Créditos autorizadas;
- c) Reservas de Contingências;
- d) Excesso de arrecadação efetivamente realizado dentro do próprio exercício, considerando-se ainda a tendência do exercício;
- e) Superávit financeiro verificado no exercício financeiro anterior;
- f) A realocação de recursos consignados nas dotações orçamentárias de pessoal e encargos sociais, por meio de adicional suplementar, para preservar a apropriação de gasto nos centros de custo das Unidades Administrativas.

**Art. 5º** – A abertura de créditos suplementares a que menciona o inciso II do artigo anterior, observados os §§ 1º e 2º deste artigo, não será onerada quando o crédito se destinar a:

I – Atender insuficiências de dotações do grupo de Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de despesas consignadas no mesmo grupo;

II – Atender ao pagamento de despesas decorrentes de precatórios judiciais, amortização de juros da dívida, mediante a utilização de recursos provenientes de anulação de dotações;

III – Atender despesas financiadas com recursos vinculados a operações de crédito, convênios e programas específicos de outras esferas de governo;

IV – Atender insuficiências de outras despesas de custeio e de capital consignadas em programas de trabalho das funções Saúde, Assistência Social, Previdência e em programas de trabalhos relacionados à manutenção de Ensino, mediante cancelamento de dotações das respectivas funções.

V – Incorporar os saldos financeiros apurados em 31 de dezembro de 2020, e o excesso de arrecadação apurado no decorrer do exercício de 2021.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

## ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

Administração 2017/2020

§ 1º – A abertura de créditos suplementares para atendimento das situações previstas nos incisos I, II, e IV deste artigo fica limitada ao valor total da despesa fixada nesta Lei para as respectivas dotações.

§ 2º – A abertura de créditos suplementares para atendimento das situações previstas nos incisos III e V deste artigo, fica limitada ao valor total efetivamente apurado no exercício.

**Art. 6º** – Fica o Executivo autorizado a realizar operações de crédito até o limite das despesas de capital, conforme o inciso III, art. 167 da Constituição Federal, bem como das normas em vigor.

**Art. 7º** – O repasse das subvenções sociais previstas nos anexos fica condicionado à prévia comprovação da regularidade jurídica, fiscal e tributária do beneficiário, o seu efetivo funcionamento e atendimento dos fins sociais por no mínimo de 03 (três) anos atestado pelo Órgão competente a sua declaração de utilidade pública, devendo, ainda, serem observadas as demais exigências previstas em Lei, em especial na Lei Complementar 101/2000, na Lei 4.320/64 e na Lei 9.790/99.

**Art. 8º** – São partes integrantes desta Lei, em forma de anexos, os Quadros Orçamentários Consolidados, aos quais se refere à Lei 4.320/64 e a Lei Complementar 101/2000.

**Art. 9º** – Esta Lei deverá entrar em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 01 de janeiro de 2021.

Prefeitura Municipal de Divino, 16 de dezembro de 2020

**GILVAN PINHEIRO DE FARIA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO  
Publicado por afirmação em 16/12/20  
conforme Artigo nº 94 da Lei Orgânica Municipal

Ass: do responsável